



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024**

REFLETINDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMPRAS **INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O** **CASO DO PNAE ESTADUAL EM FEIRA DE SANTANA**

Thaís Alves de Almeida¹; Elízia Priscila Souza de Oliveira² Flávia Almeida Pita³

1. Thaís Alves de Almeida – Modalidade Bolsa/PVIC, Graduando em Direito, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: thaisalvesdireito@outlook.com

1. Orientadora. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: prisma@uefs.br

2. Orientadora. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: fpita@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Agricultura Familiar; Desafios enfrentados.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas destinadas à agricultura familiar no Brasil têm um papel essencial na promoção da inclusão social e no desenvolvimento econômico sustentável. Nesse contexto se insere o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma das iniciativas mais antigas e relevantes nesse campo, visando não apenas à segurança alimentar dos alunos da rede pública, como também o fortalecimento da produção local.

Destaque-se que a partir da Lei nº 11.947/2009, o programa determinou que ao menos 30% dos recursos financeiros destinados à merenda escolar fossem aplicados na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, buscando integrar os pequenos produtores ao mercado institucional.

No entanto, a implementação dessa política pública encontra diversas barreiras, especialmente no que se refere ao cumprimento das exigências burocráticas impostas aos agricultores familiares. A estrutura legal e administrativa do programa, apesar de bem-intencionada, muitas vezes não dialoga de forma eficiente com as condições reais dos pequenos produtores, resultando em dificuldades que limitam o acesso a esse mercado. Tais barreiras incluem desde a obtenção de documentos específicos, como o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), até a participação em licitações, que exigem uma organização complexa e nem sempre acessível aos pequenos agricultores.

Em Feira de Santana/BA, a realidade dos agricultores que buscam participar do PNAE revela desafios adicionais. As cooperativas locais, como a Cooperativa de Beneficiamento da Agricultura Familiar de Feira de Santana (COOBAFS) e a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE), enfrentam problemas relacionados à competitividade com grandes fornecedores, à defasagem nos valores pagos

pelo programa e à burocracia excessiva, situação que compromete não apenas o desenvolvimento das cooperativas, mas também a continuidade do fornecimento às escolas.

Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar os principais obstáculos enfrentados pela agricultura familiar no município de Feira de Santana para participar do PNAE, identificando as lacunas existentes na execução da política pública e propondo possíveis soluções para a sua efetiva implementação. A importância deste trabalho reside na necessidade urgente de aprimorar a integração entre governo e produtores, a fim de garantir tanto o cumprimento da cota de 30% quanto o fortalecimento econômico e social da agricultura familiar local.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo deu continuidade às práticas já adotadas pela Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS) em relação aos grupos que participam dos processos de incubação. Sob uma abordagem metodológica pautada na pesquisa participante, conforme os princípios de Freire (1979), Brandão (2007) e Pita (2020), buscou-se uma interação ativa entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, promovendo a troca de saberes e experiências entre as diversas linhas de extensão e pesquisa científica da IEPS-UEFS.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, que incluiu a análise da legislação pertinente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foram realizadas visitas no Colégio Estadual José Ferreira Pinto, com o objetivo de entender os processos de chamada pública e a execução da política a partir de entrevistas com o diretor responsável.

Complementarmente, foram conduzidas entrevistas com representantes de duas cooperativas locais – a Cooperativa de Beneficiamento da Agricultura Familiar de Feira de Santana (COOBAFS) e a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPERREDE) –, ambas participantes do projeto de extensão Feira de Saberes e Sabores da IEPS-UEFS. As entrevistas tiveram o intuito de identificar os principais problemas enfrentados no acesso à política pública e na comercialização de seus produtos.

Essa metodologia permitiu uma aproximação com a realidade pesquisada sob duas perspectivas complementares: a do Estado, representado pelos gestores das escolas, e a dos agricultores familiares. Essa abordagem possibilitou uma compreensão mais profunda e abrangente da complexidade envolvida na implementação das políticas públicas de compras institucionais voltadas para a agricultura familiar.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com as cooperativas locais e uma das escolas estaduais de Feira de Santana revelaram uma série de desafios e oportunidades no âmbito da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As entrevistas permitiram a análise de aspectos fundamentais relacionados à execução da política pública e às dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares na comercialização de seus produtos.

As cooperativas entrevistadas, a Cooperativa de Beneficiamento da Agricultura Familiar de Feira de Santana (COOBAFS) e a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia

(COOPEREDE), relataram que um dos principais obstáculos enfrentados era a burocracia excessiva dos processos de chamada pública. Segundo os representantes das cooperativas, o cumprimento das exigências legais e a documentação necessária muitas vezes dificultaram a participação efetiva das pequenas cooperativas nos processos de compra pública. O valor pago pelos produtos fornecidos também foi apontado como uma limitação, visto que o aumento dos custos de produção não foi acompanhado por reajustes nos valores estabelecidos pelos contratos do PNAE, o que gerou dificuldades financeiras para as cooperativas.

Além disso, as cooperativas destacaram a falta de apoio técnico por parte do poder público. Embora o PNAE preveja uma cota mínima de 30% para a agricultura familiar, esse percentual frequentemente não foi alcançado na prática, com as grandes empresas ainda dominando o fornecimento de alimentos para as escolas. O processo de divulgação dos editais de compra também foi identificado como um ponto problemático, já que a visibilidade das oportunidades para os pequenos agricultores foi limitada. As cooperativas relataram depender de parceiros e de uma vigilância constante para não perder prazos importantes.

Por outro lado, as entrevistas revelaram aspectos positivos da participação no PNAE. As cooperativas reconheceram a importância do programa como uma oportunidade de mercado estável para os pequenos produtores, proporcionando visibilidade aos seus produtos e criando um sentido de pertencimento e valorização, principalmente quando os alimentos são destinados a crianças de escolas locais. Apesar das dificuldades, os agricultores e as cooperativas veem no PNAE uma ferramenta de inclusão social e de fortalecimento da economia local.

No que diz respeito às escolas, a entrevista realizada com o diretor do Colégio Estadual José Ferreira Pinto apontou que o PNAE tem sido executado de forma satisfatória no que se refere à distribuição dos alimentos e à garantia de uma alimentação saudável para os estudantes. Entretanto, o diretor destacou desafios operacionais, como a regularidade nas entregas de alimentos e a adequação dos produtos às necessidades nutricionais e ao cardápio escolar. As limitações orçamentárias e os fatores logísticos, como o transporte dos alimentos até a escola, também foram mencionados como obstáculos.

Outro ponto crítico abordado foi a relação entre a escola e os fornecedores. O diretor relatou que, embora o processo de seleção por chamadas públicas tenha como critério a qualidade dos produtos e a regularidade nas entregas, os pequenos agricultores enfrentaram dificuldades em cumprir os prazos e exigências sanitárias, o que prejudicou sua participação mais ativa no programa. Mesmo assim, a escola reconheceu a importância de priorizar os produtos da agricultura familiar, mas frisou a necessidade de maior suporte por parte da administração pública para garantir que os agricultores consigam atender às demandas do PNAE.

Em síntese, os resultados das entrevistas mostraram que, embora o PNAE seja uma política pública fundamental para a agricultura familiar e para a segurança alimentar, sua implementação encontra obstáculos significativos que precisam ser superados. A falta de reajuste nos valores pagos, a burocracia excessiva e a falta de apoio técnico foram os principais problemas relatados. Por outro lado, tanto as cooperativas quanto a escola destacaram o papel positivo do PNAE na promoção de uma alimentação saudável e na

inclusão social dos agricultores familiares, indicando que ajustes nas políticas públicas poderiam potencializar ainda mais esses resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Feira de Santana, com foco na agricultura familiar e nas escolas participantes, revelou tanto os impactos positivos da política quanto os desafios que limitam sua plena eficácia. A pesquisa evidenciou que, embora o PNAE seja uma ferramenta crucial para a segurança alimentar e o fortalecimento da economia local, sua execução ainda enfrenta barreiras significativas, especialmente no que diz respeito à burocracia, à defasagem dos valores pagos aos agricultores e à falta de suporte técnico.

Com base nesses resultados, algumas propostas de melhorias foram elaboradas, a saber (1) **Simplificação dos Processos Burocráticos**: A criação de procedimentos mais acessíveis para os agricultores familiares, com a simplificação das exigências documentais e a desburocratização das licitações, seria fundamental para aumentar a participação dos pequenos produtores no programa. O estabelecimento de processos menos complexos facilitaria o acesso dos agricultores ao PNAE e permitiria que mais cooperativas competissem de forma justa com grandes fornecedores.

(2) **Reajuste dos Valores Pagos**: É essencial que o valor pago aos agricultores familiares seja periodicamente ajustado para refletir o aumento dos custos de produção. Esse reajuste garantiria que as cooperativas pudessem cobrir seus custos e operar de forma sustentável, incentivando a produção local e a manutenção da qualidade dos alimentos fornecidos às escolas.

(3) **Apoio Técnico e Capacitação**: O governo deve investir em programas de capacitação e assistência técnica voltados especificamente para os agricultores familiares. Isso incluiria treinamentos sobre gestão de cooperativas, adequação às normas sanitárias e participação em processos de licitação, garantindo que os pequenos produtores estejam melhor preparados para atender às demandas do PNAE.

(4) **Melhor Divulgação dos Editais**: A melhoria nos mecanismos de divulgação dos editais de compras públicas, incluindo o uso de tecnologias acessíveis e a comunicação direta com as cooperativas, garantiria que mais agricultores familiares tivessem conhecimento das oportunidades de fornecimento ao PNAE. Isso ampliaria a participação dos pequenos produtores no programa.

(5) **Fortalecimento da Integração entre Escolas e Agricultores**: A promoção de um diálogo mais estreito entre as escolas e os produtores, com o apoio das secretarias de educação e agricultura, poderia alinhar melhor as necessidades das instituições de ensino com a oferta de alimentos da agricultura familiar. Isso facilitaria a criação de soluções conjuntas para os problemas logísticos e orçamentários enfrentados pelas escolas.

Essas propostas visam aprimorar a eficácia do PNAE, promovendo um ambiente mais inclusivo e sustentável para os agricultores familiares e garantindo a oferta de alimentos de qualidade nas escolas. Ao reduzir as barreiras enfrentadas pelos pequenos produtores e fortalecer a relação entre os atores envolvidos, o programa poderia atingir plenamente seus objetivos de promover a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico local.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista Educação Popular*, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan. /dez. 2007.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, 16 jun. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Resolução FNDE/CD nº 38, de 16 de julho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União*, 17 jul. 2009.
- CERQUEIRA, M. S. A. 2017. *Políticas públicas e (re)organização do espaço rural*: desafios da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Amargosa/BA. Tese (Mestrado): Universidade Estadual de Feira de Santana.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREITAS, Alair Ferreira de. Freitas, Alana Ferreira de. COELHO, France Maria Gontijo. DIAS, Marcelo Miná. Implicações da constituição de organizações formais para o acesso a políticas públicas. *Isegoria – Ação Coletiva em Revista*, ano 01, v. 01, n. 01, mar. /ago. 2011
- PITA, Flávia Almeida. “Com que roupa eu vou pro samba que você (não) me convidou?”: entre desventuras da personificação jurídica e insurgências das lutas pelo trabalho associado popular. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- SANTOS, S. R., COSTA, M. B. S., BANDEIRA, G. T. P. As formas de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista de Salud Pública*, v. 18, n. 2, p. 311-322, 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v18n2.41483>. Acesso em 22 de abr. de 2024.